

Portugueses e o Brasil - final

Ives Gandra da Silva Martins

A parte inicial deste trabalho, que foi publicada em nossa edição anterior, se reveste de alto interesse econômico. Representa uma síntese da comunicação a ser feita pelo autor no 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas, a realizar-se em Lisboa, de 5 a 10 de junho.

É bem verdade que os projetos alternativos para a criação energética (Proálcool, Nuclebrás, Itaipu, Carajás, xisto betuminoso, aumento da produção de petróleo etc.) estão levando a uma redução anual de nossa dependência do Exterior, que deverá ser praticamente nula até o fim da década. O crescimento do endividamento externo, contudo, deverá substituir a preocupação da geração de recursos para o pagamento de petróleo pela preocupação da geração de recursos para o pagamento do serviço da dívida.

O certo, entretanto, é que o crescimento do PNB tem sido maior que o crescimento da dívida, de tal forma que, muito provavelmente, a partir da conclusão dos grandes projetos nacionais, a curva ascendente do endividamento externo começará a reverter, mesmo em se considerando a década difícil que se terá pela frente, em todo o mundo, e a sensível redução do crescimento global da Nação, que, no entender do economista americano Albert Fishlow, deverá ultrapassar o Canadá, em 1985, e a Itália, em 1990.

Não se pode, entretanto, deixar de atentar para o fato de que, pela primeira vez, após 1964/1967, decidiui adotar, o Governo, medidas mais rigorosas no combate à inflação, tirando do arsenal clássico seus medicamentos, os quais passou a ministrar com a necessária consciência de que as soluções a curto prazo são impossíveis, eis que convivem alguns problemas peculiares à Nação, não suficientemente estudados por outros países, entre as quais se encontram a indexação em todos os níveis da vida nacional e a excessiva estatização dos meios de produção.

A aplicação do remédio tradicional, já antes referido em fins de 1980 e começos de 1981, fatalmente teria que gerar, como gerou, reversão de expectativas, redução drástica de expansão industrial, com algumas crises setoriais, e um aumento dos índices de desemprego.

Principiou, então, o País a preocupar-se, pela primeira vez em sua história, com o problema de Estatuto do Estrangeiro, pois, à evidência, deveria criar inicialmente empregos para os nacionais, a fim de evitar problemas de natureza social.

O quadro exposto fundamentou a filosofia da Lei dos Estrangeiros, publicada no ano de 1980 (n.º 6.815/80), bastante severa, e que deverá ser abrandada, ligeiramente, no curso deste ano.

Em decorrência, o emigrante passou a ser, de certa forma, impedido no exercício de sua capacitação profissional para os setores onde houvesse mão de obra nacional disponível, não se abrindo senão juridicamente a perspectiva para o emigrante português, que, toda-

via, não obstante o estatuto da igualdade, encontrará menores, mas nem por isto problemas fáceis a equacionar para sua integração.

Acresce-se o fato de que, a par de sensível redução do campo de trabalho, a inflação dominante e o endividamento externo dificultarão a possibilidade de remessa de recursos para fora, somente possível por meio dos fatais câmbios paralelos que se criam, sempre necessariamente mais onerosos para quem deles se utiliza, isto porque a expatriação de divisas permitidas, oficialmente, é limitada.

Embora esta comunicação seja mais descritiva que conclusiva, entendemos necessário um esforço para que se mantenha o fluxo de emigrantes e tratamento diferencial para o português no Brasil. Que os Governos, a nível de interesses econômicos mútuos, reexaminem o problema, eventualmente criando-se mecanismos, que possam ser discutidos e aceitos, pelo Mercado Comum Europeu, de colocação de produtos brasileiros, com tratamento tarifário preferencial, como se portugueses fossem, desde que os tratados neste sentido busquem tipo de aproximação política e econômica ainda não existente entre outras nações, a não ser quanto àquelas antigas colônias recém-libertadas de França e Inglaterra.

O certo nos parece que a simples manutenção dos esquemas atuais representará, para o emigrante português no Brasil, um crescer de dificuldades, mesmo que, na reforma do Estatuto do Estrangeiro, se dê ao português tratamento distintivo e mais benéfico.

Creemos seja chegado o momento de um entrosamento com negociações nas esferas econômicas, tributárias e políticas entre Brasil e Portugal, assim como entre esta comunidade e o MCE, para que se enfrente problema que, por ser sério, em relação aos demais países, poderá levar à necessidade de restabelecimento dos fluxos emigratórios anteriores, só possíveis a partir de contrapartida capaz de acelerar também o desenvolvimento brasileiro, pela abertura de novos mercados para seus produtos, por intermédio e com participação decisiva de Portugal. Em um mundo que começa a substituir a "competição" pelo "protecionismo", parece-nos que só a busca de fórmulas originais e o esforço em colocá-las em prática poderão distinguir as nações com ares de permanência daquelas fadadas ao destino histórico dos povos desaparecidos.

Ives Gandra da Silva Martins é professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em São Paulo, presidente do Gabinete de Estudos sobre o Amanhã — GESA, presidente do Conselho do Instituto Histórico e Cultural Pero Vaz de Caminha, vice-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, vice-presidente do Gabinete de Estudos Jurídicos do Investimento Internacional e Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo inúmeros livros publicados entre os quais, em matéria econômica, "Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional — Teoria do Limite Crítico", prefaciado por Roberto de Oliveira Campos, ex-ministro do Planejamento do Brasil, e "A Desconcentração Econômica do Brasil" em colaboração com Miguel Colasuonno, atual presidente da Embratur - Empresa Brasileira de Turismo, ex-prefeito da cidade de São Paulo e ex-secretário do Planejamento do Estado de São Paulo.

dústria e Comércio e pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. As 19h30, no auditório do Banco do Brasil, na cidade de Sorocaba. Duração até o próximo dia 4.

• **Recursos Humanos** - Dentro da Série Debates Empresariais/81 do Grande Circuito Senac, início do seminário sobre A Empresa e a Administração de Recursos Humanos, na cidade de Santos. Promoção conjunta com o Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Duração até o próximo dia 4.

• **Tratamento de Águas** - A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental promove curso sobre Tratamento de Águas Residuárias nas indústrias de Galvanoplastia. Duração de dois dias, na sede da Cetesb, à Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345, Pinheiros. Aulas a cargo do engenheiro Ely Carlos Alva-renga.

• **Produção Gráfica** - A Escola de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro promove o curso sobre Produção Gráfica, com carga horária de 24 horas/aula, às segundas e quartas-feiras, das 18h45 às 21h45. À Praia do Botafogo, 210, RJ.

• **Hotel Residencial** - Entra em funcionamento efetivo o novo hotel residencial Metropolitan Plaza, administrado pela Sobloco Hotéis de Turismo e localizado na esquina da Al. Santos com Al. Campinas.

• **Calçados Brasileiros** - Em Santiago do Chile, abertura do Show Room do Calçado Brasileiro, no Hotel Sheraton San Cristobal. Cinquenta expositores participam dessa mostra exclusiva de calçados e artefatos de couro do Brasil, que permanecerá aberta durante dois dias.

• **Novo Diretor** - Marcelo Mariaca, ex-diretor de Planejamento e Assuntos Externos da Du Pont do Brasil assume as funções de diretor-financeiro da empresa.

0864

DCI

Diário Comércio & Indústria
Empresa Jornalística Comércio & Indústria S.A.

DIRETORES

Waldemar dos Santos
Nelson Bastos dos Santos
Adel Naufal

EDITOR-CHEFE

Ángelo Seribbi Neto

ILUSTRAÇÃO

José Alberto Loureiro

ASSINATURAS - Rua Álvaro de Carvalho, 354 - Fone: 256-5011 - PABX - Ramal 140 - Telex (011) 21.436 e (011) 25.481 - São Paulo (Capital), anual: Cr\$ 5.940,00; semestral: Cr\$ 3.000,00; interior do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Distrito Federal, anual: Cr\$ 7.920,00; semestral: Cr\$ 4.000,00. Demais Estados, anual: Cr\$ 9.600,00; semestral: Cr\$ 4.900,00. Números avulsos: exemplar do dia: Cr\$ 30,00 (Capital), demais localidades Cr\$ 40,00. Exemplar atrasado: Cr\$ 50,00. (Rua Dr. Almeida Lima, 1.384/1.400.)

CIRCULAÇÃO - Rua Álvaro de Carvalho, 354 - Fone: 256-5011 - PABX - Ramal 139.

SANTOS - Alfredo Gabrielleschi Filho - R. Vasconcelos Tavares, 31 - 2.º andar - conj. 203, s/1 - Fone: 2-5477.

DISTRIBUIÇÃO
ABC - Antônio João da Silva - Rua Tatui, 54 - Santo André - Fone: 449-8132.

JUNDIAL - Elizabeth G. Broglio - Av. Antenor Soares Gandra, 447.

REPRESENTAÇÕES
BELO HORIZONTE-MG - Republicar Ltda. - Rua Aquiles Lobo, 301 - Fone: 224-1644 - Telex (031) 2074.

CURITIBA-PR - Síntese Comunicações S.C. Ltda. - Av. Sete de Setembro, 3.464 - 1.º andar - conj. 3 - Fone: 233-3254.

PORTO ALEGRE - RS - Central Veículos de Co-

Portugueses e o Brasil - 1

Ives Gandra da Silva Martins

Este trabalho, que se reveste de alto interesse econômico, representa uma síntese da comunicação a ser feita pelo autor no 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas, a realizar-se em Lisboa, de 5 a 10 de junho próximo.

Problema inexistente no País anteriormente à crise de 1973, pela necessidade crescente de rápido desenvolvimento econômico, a presença dos estrangeiros no Brasil, mesmo aquela dos irmãos portugueses, tem-se revelado ponto nevrálgico da política brasileira, definitivamente voltada a um maior rigor no conferir estatuto jurídico a quem venha de outras regiões.

O movimento revolucionário de 1964, não obstante encontrar uma economia caótica, pelos desmandos do Governo anterior, recuperou-se com razoável facilidade, a partir do encontro de sólidas raízes empresariais e um mercado externo em via de atingir seu "boom" maior com evidente capacidade para absorção de tudo o que o País pudesse produzir.

A fórmula clássica de combate à inflação, na ocasião em torno de 100%, ou seja, liberação das taxas de juros, com inequívoco incentivo à poupança, redução drástica na expansão dos meios de pagamento, elevação tributária, com sensível parcela de recursos esterilizada ou não reciclada em termos inflacionários, depressão da demanda, sem provocar níveis capazes de gerar inflação de custos, trouxe aqueles elevados índices para aproximadamente 25%, três anos depois. A habilidade dos dois ministros da área, Roberto de Oliveira Campos e Otávio de Bulhões, permitiu que a reversão notável não desembocasse em recessão, mantendo o País razoável grau de desenvolvimento, que lhe propiciou evoluir, em 15 anos, de um PNB de US\$ 50 bilhões para US\$ 218 bilhões (1979), colocando-se como a oitava economia do mundo ocidental e décima de todo o mundo.

É evidente que, neste período, as economias mundiais também se desenvolveram em grande velocidade, muito embora apenas a do Japão e do Brasil, em índices anuais (no período máximo do "boom" internacional) de dois dígitos.

O notável, todavia, é ter o Brasil conseguido equilibrar, não obstante aumentasse, sua pauta de exportação, quase exclusivamente agrícola, com ponderável parcela de produtos industrializados, evoluindo o complexo industrial, privado e público, de forma admirável.

A rápida expansão possibilitava que toda a mão de obra disponível fosse facilmente absorvida, não obstante colocar-se o crescimento demográfico em índices de quase 3% ao ano, de forma alguma preocupante para um País jovem e de largas ambições. O emigrante facilmente adaptava-se à sociedade, não obstante sensível a queda de seu número, se comparado, o quadro com aquele que antecederia à Segunda Guerra Mundial.

De notar-se que a própria presença portuguesa era menor, preferindo os emigrantes lusos outras terras, que pela proximidade e boa acolhida, superavam as vantagens brasileiras. Apesar de preencherem, nos países mais de-

envolvidos, os vácuos criados pela falta de mão de obra profissionalizada - eis que os nacionais preferiam e obtinham facilmente os graus universitários, gerando outra espécie de problema para sua absorção, na pirâmide de empregos, qual seja, a escassa oferta -, a remuneração, muitas vezes superior à obtida pelos empregados de "colarinho branco", era suficientemente atraente, além de passarem a trabalhar em nações cuja expansão demográfica principiava a ser negativa.

Daí se percebe a fácil escolha, durante período no qual toda a economia mundial explodia em saúde e onde o desemprego chegava a níveis muito baixos, qualquer que fosse o país.

A crise do petróleo de 1973, entretanto, reconduziu o mundo a reestudar seu quádruplo e básico desafio, qual seja, o de:

1. como produzir alimentos suficientes para todo o globo;

2. como encontrar fontes de energia renováveis em substituição àquelas que começavam a dar sinais de exaustão;

3. como permitir o equilíbrio ecológico, impedindo a criação de níveis perigosos de desestabilização; e

4. como reformular a concepção da "sociedade do bem estar", no dizer de Samuelson, visando redimensioná-la a bases mais modestas e, necessariamente, capazes de absorver os grandes contingentes de mão de obra, sem descompassos sociais.

Não entraremos na análise do desafio político representado pela contestação das massas, pelo terrorismo, pela desatualização do instrumental conhecido para a assunção e manutenção do poder, por evidentemente, refugir aos limites desta modesta comunicação.

A crise mundial criou para o Brasil dilema muito sério, qual seja, ou estancar seu processo de desenvolvimento, controlando a inflação, a níveis toleráveis, ou buscar fórmulas convencionais da inflação e desenvolvimento, até a obtenção de um patamar mínimo de metas fundamentais concretizadas, quais sejam, o afastar a dependência energética e criar a infra-estrutura industrial e agrícola, que lhe possibilitasse, até o fim do século, ser um País, na medida do possível, quase auto-suficiente e com elevado avanço tecnológico.

A convivência com a inflação, desde a adoção do instituto da correção monetária, era menos difícil, ao ponto de, mesmo nos momentos de sua acelerada presença, seus reflexos deletérios serem menos sensíveis.

Não o mesmo no concernente ao endividamento externo, onde o País foi obrigado a continuar obtendo recursos alienígenas para atender seu desenvolvimento interno nos projetos prioritários, afora estar sujeito à instabilidade dos preços de petróleo, necessariamente provocadora daquilo que se denominou vulgarmente de "inflação importada".

Se foi possível assegurar razoáveis índices de emprego até 1980 e um desenvolvimento, que continuou a situar-se a níveis elevados (8% ao ano-PNB), o certo é que o fenômeno inflacionário, realimentado pela convergência de todos os fatores, terminou por atingir os mesmos índices de 1964.

continua

abertura do 1.º Diálogo Mecânico, promovido pela Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, DCET e Promocet. Às 8 horas, no auditório da Faculdade de Engenharia de Sorocaba. O encontro reúne representantes de 53 pequenas e médias empresas da região.

• **Proteção ao Crédito** - Início do 10.º Seminário Estadual de Serviço de Proteção ao Crédito, em São José do Rio Preto, com o objetivo de integrar os SPC de todo o Estado. Abertura às 14 horas e duração até o próximo dia 31.

• **Mobilização Industrial** - Um grupo de 42 participantes do Curso Superior de Guerra Naval visitam, às 10 horas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde ouvem palestra sobre Mobilização Industrial, proferida pelo empresário Nelson Abud João.

• **Dia do Estatístico** - Comemora-se, em todo o País, o Dia Nacional do Estatístico. O Conselho Federal de Estatística e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançam selo comemorativo à data.

Amanhã

• **Jornalistas de Economia** - Das 9 às 14 horas, eleições para a nova diretoria da Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo. As urnas estarão na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, à Rua Rego Freitas, 530, sobreloja.

Domingo

• **Rotary Internacional** - O presidente da República, João Figueiredo e o secretário em exercício da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Nelson Guarnieri de Lara, estarão presentes à sessão inaugural da 72.ª Convenção do Rotary Internacional, no Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi, às 17 horas.

DCI

Diário Comércio & Indústria

Empresa Jornalística Comércio & Indústria S.A.

DIRETORES

Waldemar dos Santos
Nelson Bastos dos Santos

ASSINATURAS - Rua Álvaro de Carvalho, 354 - Fone: 256-5011 - PABX - Ramal 140 - Telex (011) 21.436 e (011) 25.481 - São Paulo (Capital), anual: Cr\$ 5.940,00; semestral: Cr\$ 3.000,00; interior do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Distrito Federal, anual: Cr\$ 7.920,00; semestral: Cr\$ 4.000,00. Demais Estados, anual: Cr\$ 9.600,00; semestral: Cr\$ 4.900,00. Números avulsos: exemplar do dia: Cr\$ 30,00 (Capital),

SANTOS - Alfredo Gabrielleschi Filho - R. Vasconcelos Tavares, 31 - 2.º andar - conj. 203, s/1 - Fone: 2-5477.

DISTRIBUIÇÃO
ABC - Antônio João da Silva - Rua Tatuí, 54 - Santo André - Fone: 449-8132.
JUNDIAL - Elizabeth G. Broglio - Av. Antenor Soares Gandra, 447.

REPRESENTAÇÕES
BELO HORIZONTE-MG - Republicar Ltda. - Rua